

CONCURSO PÚBLICO, UMA ALTERNATIVA SENSATA FRENTE ÀS TURBULÊNCIAS DO MUNDO DO TRABALHO?

COMPETITIVE EXAMINATION FOR CIVIL SERVICE: A REASONABLE ALTERNATIVE FOR TURBULENCES IN THE WORLD OF WORK?

RIBEIRO, Carla Vaz dos Santos¹
MANCEBO, Deise²

RESUMO

Este texto busca analisar as possíveis relações do aumento da demanda por concursos públicos com as transformações ocorridas nas últimas décadas, em especial, a crescente expansão da precarização, da instabilidade e da incerteza no mundo do trabalho.

Palavras-Chave: Serviço Público; Trabalho; Mundo do Trabalho.

ABSTRACT

This paper seeks to examine possible relations on a steady increase in the demand for civil service work that took place over the last decades' changes, especially, the expansion of precariousness, instability and uncertainty in the world or work.

Keywords: civil service, work, world of work.

¹ Mestre em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e doutoranda em Psicologia Social pela Universidade do Rio de Janeiro (UERJ). Professora Assistente da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: sof_dias@hotmail.com

² Doutora em História da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), com pós-doutorado em Psicologia Social realizado na Universidade de São Paulo (USP). Professora Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), atuando como docente e pesquisadora no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, que atualmente coordena, e no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social. Autora e organizadora de diversos livros, capítulos de livros e artigos nas seguintes temáticas: trabalho docente, políticas para a educação superior e produção de subjetividades. E-mail: mancebo@uerj.br

SITUANDO A REFLEXÃO

Este texto busca analisar as possíveis relações do aumento da demanda por concursos públicos com as transformações ocorridas nas últimas décadas, em especial, a crescente expansão da precarização, da instabilidade e da incerteza no mundo do trabalho.

Considera-se que o clima de efemeridade e transitoriedade que marcam as relações de trabalho e a ameaça permanente de desemprego sejam fatores centrais do crescimento da procura pelo serviço público e, portanto, do concurso público. Levantam-se questionamentos se essa busca frenética por um vínculo empregatício seguro no setor público pode acarretar escolhas insensatas, orientadas, principalmente, para a estabilidade financeira, em detrimento da autorrealização e prazer na atividade laboral.

Discute-se o predomínio de uma racionalidade pautada em uma lógica calculista, operacional e utilitarista, que reduz o trabalho a um mero instrumento de acesso a bens materiais. Investigam-se as repercussões dessa racionalidade instrumental, também chamada de racionalidade funcional ou técnica, nos modos de ser e de trabalhar dos servidores públicos.

Preliminarmente, cabe esclarecer que o sentido dado ao termo servidor público, neste trabalho, está restrito aos servidores ocupantes de cargo público. Essa diferenciação torna-se necessária, pois o conceito de servidor público compreende, segundo Di Pietro (2007), três grupos distintos: o primeiro, dos servidores estatutários, titulares de cargos públicos, submetidos em lei a regulamentos estabelecidos por cada uma das unidades da federação; o segundo compõe-se de empregados públicos subordinados às normas da CLT e ocupantes de emprego público e o último grupo é formado pelos servidores temporários contratados para exercer funções por prazo determinado. Essa distinção faz-se necessária por serem consideráveis as diferenças existentes entre estas três categorias no que se refere aos aspectos de estabilidade, processo seletivo, previdência social, remuneração e oportunidades de carreira.

A discussão que se segue é pautada por uma breve análise das mudanças ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas, prossegue apresentando o debate sobre a procura indiscriminada por concursos públicos e finaliza debatendo as repercussões da racionalidade instrumental no trabalho e na vida.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS MUTAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E O AUMENTO DA DEMANDA POR CONCURSOS PÚBLICOS

O mundo do trabalho contemporâneo tem vivenciado um quadro crítico de grande complexidade. Essa crise tem gerado, entre tantas consequências, profundas mudanças nas relações de trabalho, advindas de “[...] mutações intensas, econômicas, sociais, políticas, ideológicas, com fortes repercussões no ideário, na subjetividade e nos valores constitutivos da classe-que-vive-do-

trabalho." (ANTUNES, 1999, p.35).

A crise dos anos 70 vem sendo apontada como um acontecimento decisivo, que conduziu à aceleração de todo o processo de mundialização do capital. Ela comportou alcances e consequências que diferem tanto dos problemas enfrentados pelo *fordismo*, quanto pelo imperialismo de um século atrás, carrou uma reestruturação produtiva de amplitude global, trouxe o neoliberalismo como ideologia hegemônica e com ele o ideário da privatização e da financeirização, flexibilização/destruição/precarização da classe trabalhadora, altos índices de informalidade em escala mundial, desencadeando uma onda enorme de desregulações nas mais distintas esferas do mundo do trabalho (CHESNAI, 1996; IANNI, 1997; HARVEY, 1994).

Nesse contexto, o modelo taylorista/fordista começa a dar seus primeiros sinais de esgotamento em meio à crise estrutural vivida pelo capitalismo: o mundo foi palco de muitas mudanças e as organizações foram buscar alternativas de sobrevivência e de novos meios para manter e/ou elevar suas taxas de produtividade. Tal empenho recaiu, dentre outros esforços, sobre a aceleração da taxa de acumulação de conhecimentos científicos e tecnológicos, condição para que as grandes empresas pudessem incrementar a concorrência intercapitalista, mas também numa severa revisão dos métodos de gestão de produção.

Em 2008, torna-se visível "nova" crise, na realidade, já anunciada há alguns anos. A proximidade ainda não nos permite uma análise objetiva e clara da situação atual, que apresenta "[...] na derrocada financeira sua epiderme mais visível, mas não a essencial" (OLIVEIRA, 2009), pois como todas as crises do modo de produção capitalista, a sua base advém da riqueza produzida por uma aliança de salários miseráveis e uso de tecnologia de ponta, que agregam ao sistema "uma usina de extração de mais-valia relativa de proporções inauditas", um fluxo de produção incapaz de se realizar nos mercados de origem ou mesmo nos externos. Assim, o caráter da crise atual (de 2008) e de seus efeitos para os diversos países deve ser analisado considerando-se exatamente o processo de transferência de capitais do setor produtivo para o especulativo que a desregulação promoveu em escala nacional e internacional. Como se observa em: "[...] livre de travas, o capital migrou maciçamente para o setor financeiro e, em particular, para o setor especulativo, onde obtém muito mais lucros, com muito maior liquidez e com menos ou nenhuma tributação para circular." (SADER, 2008, p. 1-2). Recorrer a Marx (1985) é inevitável: "[...] a produção capitalista aspira constantemente a superar [os] limites imanentes a ela, mas só pode superá-los recorrendo a meios que voltam a levantar diante dela estes mesmo limites, e ainda com mais força." (MARX, 1985, p. 248).

Mesmo diante de uma conjuntura instável, vale dizer que o receituário neoliberal, bem como o que pode advir com a crise que ele próprio provocou, nunca apresentou uma disposição uniforme nos países centrais e periféricos, mas em todos afetou, com maior ou menor intensidade, o mundo do trabalho.

Novas formas de organização industrial e dos serviços foram desenvolvidas, em muitas áreas, exigindo-se um perfil de trabalhador diferente: mais qualificado, participativo e polivalente. As organizações precisaram analisar os seus processos, adaptar e reformular todo o seu planejamento e o modo de conduzir os trabalhos, objetivando reduzir custos e aumentar a competitividade. É nesse contexto que emerge o modelo de produção japonês, também conhecido como *toyotismo*, o qual possibilita uma produção vinculada à demanda, individualizada, diversificada, suficientemente flexível para atender às novas necessidades mercadológicas e acompanhar as constantes mudanças vivenciadas no mundo capitalista.

Harvey (1994) comenta que essa reestruturação radical caracterizou-se por uma passagem para um regime de acumulação novo dentro do capitalismo, com significativas inovações nos setores de produção, no fornecimento dos serviços, no comércio e nas tecnologias. “Acumulação flexível” é a expressão que o autor emprega para designar “o confronto direto com a rigidez do *fordismo*, pois essa teoria se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo.” (HARVEY, 1994, p.140).

No bojo de uma economia aberta, globalizada e especialmente flexível, surge e se desenvolve, inclusive, “[...] uma nova forma descentralizada e externalizada de firma, o que é denominado empresa rede [...] uma miríade de pequenas empresas, subcontratadas, ou de fornecedores em vários graus da cadeia produtiva.” (ALVES, 2000, p.57–58).

Muitas empresas realizam um verdadeiro “desmonte”, dividindo-se em pequenos grupos por diferentes partes do mundo. Elas são conhecidas como transnacionais, caracterizam-se pela utilização de vários tipos de contrato de trabalho e pela dispersão dos processos de produção em várias nações. Um certo produto pode, dentro desse sistema, ter seus componentes produzidos em diversas regiões do mundo e ser montado em alguma outra localidade específica. Diferem das multinacionais, por não seguirem um modelo de administração de uma matriz. Em cada local em que ingressam, vão modelando-se, buscando usufruir o máximo das vantagens existentes. Em alguns momentos, terceirizam-se, noutros subcontratam; por vezes, limitam-se a um acordo com fornecedores. Na escolha do local de instalação de uma organização, novos fatores são determinantes, tais como: menor politização dos trabalhadores, mão-de-obra mais barata, isenção de impostos, menos imposições em relação à preservação do meio ambiente, enfim, várias questões relacionadas à diminuição de custos e consequente aumento dos lucros.

O poder das corporações transnacionais ultrapassa as fronteiras das nações e coloca em xeque, com frequência, a soberania dos Estados nacionais. Identifica-se “[...] uma nova forma de organização não pública, de poder privado que se impõe aos Estados soberanos, uma rede de governança supranacional da economia.” (DUPAS, 2005, p.163).

Essas transformações implicam, na verdade, uma nova morfologia do trabalho.

Constatam-se significativas mudanças na constituição da classe trabalhadora, sinalizadoras de um processo de metamorfose, e não de dissipação e eliminação da mesma. A classe-que-vive-do-trabalho, expressão cunhada por Antunes (1999), hoje em dia apresenta uma conformação mais complexa, heterogênea e fragmentada, diferente da que predominou nos anos de apogeu do *taylorismo/fordismo*. Tem-se, de um lado, uma minoria de trabalhadores qualificados, polivalentes e multifuncionais, com maior possibilidade de exercer a sua dimensão “intelectual” e experimentar “maior realização no espaço de trabalho”. E de outro lado, há um enorme incremento do subproletariado constituído por trabalhadores terceirizados, subcontratados, temporários, entre tantas outras formas assemelhadas de informalidade e precarização do trabalho que se disseminam por todas as partes do mundo (ANTUNES, 2005).

As organizações e os serviços encontram-se mais enxutos, flexíveis e descentralizados. Em oposição à fábrica “gorda” do modelo *taylorista/fordista*, nasce, segundo Coriat (1994), a fábrica “magra”, caracterizada por uma estrutura flexível e transparente capaz de absorver, com um número reduzido de pessoal, as flutuações quantitativas e qualitativas da demanda.

Assim, a lógica do mercado de trabalho atual “[...] é reduzir o número de trabalhadores ‘centrais’ e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins.” (HARVEY, 1994, p. 144).

No processo produtivo, essas mutações promovem, portanto, uma série de impactos decisivos, como: desregulamentação dos direitos do trabalho, terceirização e precarização da classe trabalhadora, níveis relativamente altos de desemprego estrutural e enfraquecimento do sindicalismo de classe.

Nesse quadro de incertezas e tensões, em um contexto marcado por transitoriedade, efemeridade e descontinuidade, desenvolvem-se relações superficiais e descartáveis. Na lógica do flexível e do curto prazo afrouxam-se os laços de lealdade, confiança e compromisso mútuo (SENNET, 1999).

As pessoas, comumente, estão expostas a ritmos acelerados, pressão constante, instabilidade e ameaça de desemprego. Tudo isso propicia ambientes bastante competitivos e áridos, gerando um sentimento de desproteção e vulnerabilidade nos trabalhadores.

[...] os indivíduos estão sempre em situação de prova, em estado de estresse, sentem queimaduras internas, tomam excitantes ou tranquilizantes para dar conta da situação, para ter bom desempenho, para mostrar sua “excelência” (entramos numa civilização de *dopping*); e, quando esses indivíduos não são mais úteis, eles são *descartados* apesar de todos os esforços despendidos. (ENRIQUEZ, 2006, p. 6)

Dessa forma, é crescente o número de pessoas que não reconhecem a esfera profissional como um espaço de realização. Há apenas uma minoria atuando em funções que permitem envolvimento e identificação. Existe, na realidade, um

grande grupo, que se mantém em determinadas organizações apenas por necessidade financeira e medo de não conseguir outro emprego, que, diante de uma oferta melhor, trocaria facilmente de atividade profissional. Para esse grupo, o trabalho não é um fim em si mesmo, é, principalmente, um meio para alcançar outros objetivos (RIBEIRO; LÉDA, 2004).

Camps (1993) salienta que, para a concepção dominante, só tem sentido o trabalho bem remunerado, “[...] já não existe um trabalho que valha mais do que o outro: é mais válido o que paga melhor. Já não existem, portanto, profissões de maior prestígio, e sim profissões que abrem as portas para o dinheiro e o êxito.” (CAMPS, 1993, p. 124).

Há predominância de uma racionalidade fundamentada em uma lógica fria, utilitarista e calculista, que restringe a atividade laboral. Mero instrumento de acesso a bens materiais. “É o completo vazio do dinheiro elevado a fim em si mesmo, que agora domina definitivamente a existência como deus secularizado da modernidade.” (KURZ, 2002, p.15). Os indivíduos são subjugados ao controle das relações capitalistas que manipula seus pensamentos e desejos. “[...] deixam de pertencer a si próprios porque são compelidos a vender-se para subsistir.” (CAMPS, 1993, p.123).

Os trabalhadores são definidos como consumidores, e não como cidadãos ou pessoas. Estão imersos em um mundo obcecado pela instabilidade e a segurança acaba por assumir uma importante dimensão, que impõe a cada um, isoladamente, a obrigação de calcular e proteger o seu futuro (SOARES, 2002).

Frente a este cenário, cabe pensar os reflexos de todas essas mudanças nos modos de ser e de trabalhar da classe-que-vive-do-trabalho, o que nos motivou-nos ao estudo sobre os impactos do clima de insegurança e instabilidade no mundo do trabalho, de uma maneira geral, no aumento da demanda por concursos para os serviços públicos.

Sabe-se que as vagas na iniciativa privada não atendem à demanda crescente da classe trabalhadora. Além de serem em número reduzido, apresentam um alto grau de exigência, geralmente desproporcional aos benefícios oferecidos pelo contratante. Um grande número, diante dos constantes impedimentos, incertezas e flutuações de um mundo do trabalho globalizado, almeja uma atividade laboral estável, segura, que garanta uma renda certa no final de cada mês.

Nenhuma empresa, de qualquer porte ou setor, promete mais aos empregados mantê-los por toda a vida produtiva, como nas gerações passadas. E, claro, nas grandes empresas as vagas são ultradisputadas. Não há lugar para todos. A frustração que resulta dessa aritmética ajuda a levar ao sonho do emprego público. (NEVES, 2007, p.75)

Segundo Carelli (2007) ser funcionário público voltou a ser um dos sonhos da classe média brasileira. Ela afirma que somente no ano de 2006 mais de 5 milhões de brasileiros se inscreveram em concursos para disputar vagas em

repartições federais, estaduais e municipais, representando 43% a mais de candidatos do que no início da década.

Pode-se atribuir, também, o crescimento dessa demanda por concursos públicos à ampliação do quadro de servidores do governo federal. O presidente Lula, diferentemente do seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, que tinha como uma das suas metas o “enxugamento” da máquina estatal, aumentou de forma significativa o número de servidores no seu governo, especialmente, para substituir um grande número de terceirizados que, segundo o TCU (Tribunal de Contas da União), ocupam irregularmente funções no serviço público. De acordo com dados do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, foram autorizadas, do primeiro mandato de Lula da Silva até 2008, um total de 150.775 vagas.

Diante desse quadro, verifica-se uma corrida para o serviço público impulsionada pela conquista da estabilidade. Vaitsman (2001) confirma essa expectativa quando analisa as motivações de servidores públicos de uma instituição de saúde. Constata no seu estudo que a segurança no trabalho foi o maior atrativo para a maioria do grupo pesquisado ingressar nesse setor.

A busca por uma melhor qualidade de vida também está, frequentemente, presente nesse movimento de procura pelo serviço público. Carelli (2007) destaca a fala de um analista do BNDES que representa bem essa expectativa: “No setor público tenho um bom salário e um trabalho desafiador, mas que não me obriga a abrir mão da qualidade de vida.” (CARELLI, 2007, p.88).

O candidato ao serviço público, quando prioriza a busca de segurança e qualidade de vida, pode na realidade estar mais interessado em se esquivar do clima tenso e inseguro da iniciativa privada, do que em fazer uma carreira aliada à realização profissional no setor público. Esse trabalhador tem consciência de que as empresas privadas impõem geralmente um ritmo intenso ao exercício das atividades laborais, situação que normalmente ultrapassa os muros da organização, impregnando as relações pessoais, familiares e sociais. Ele constata que, na busca contínua pela empregabilidade e na luta diária para conter o fantasma do desemprego, é quase sempre a qualidade de vida que fica comprometida.

Partindo dessa análise, pode-se inferir que as motivações que levam ao aumento da demanda por concursos públicos parecem claras e, por vezes, são facilmente apreendidas. Contudo, torna-se pertinente analisar as possíveis repercussões dessa corrida por um vínculo empregatício estável.

A PROCURA INDISCRIMINADA POR CONCURSOS PÚBLICOS POSSÍVEIS REPERCUSSÕES

Na procura por concursos públicos, não importa o cargo, a função, a organização, o que prepondera é a obtenção de um emprego seguro, muitas

vezes desconectado de reais possibilidades de realização. Facilmente, identificam-se candidatos aprovados com qualificações acima dos requisitos dos cargos para os quais se inscreveram e esse descompasso gera sofrimento e desajuste, em especial, quando o servidor se vê sem perspectivas de crescimento profissional, fadado à subutilização de seu potencial e ao exercício de tarefas rotineiras.

É comum, depois de decorrido pouco tempo da tão disputada empreitada do concurso, encontrar os novos servidores desprovidos do brilho e da energia comum aos “vitoriosos”. O objetivo definido foi alcançado, entretanto, na ânsia de se protegerem das oscilações do mercado de trabalho, não se permitiram realizar uma escolha mais cuidadosa, analisando criteriosamente se as características da organização e do cargo para o qual prestaram exame eram compatíveis com seus interesses e projetos de vida.

Nesse mundo do trabalho, imerso em constantes flutuações e incertezas, um indivíduo que prioriza suas aspirações e desejos é naturalmente rotulado de sonhador e excêntrico. A atitude tida por sensata é a do ajustamento e submissão à lógica produtivista, enquanto, “o protesto e a libertação individual parecem, além de inúteis, absolutamente irracionais.” (MARCUSE, 1999, p.82). Há um “[...] banimento gradual dos sonhadores, dos pensadores utópicos, dos poetas, dos homens sensíveis, dos divergentes e *outsiders* de todo tipo para os domínios da loucura e da exclusão social.” (SOARES, 2002, p.14).

Identifica-se, dessa forma, o triunfo de uma racionalidade instrumental que, segundo Maciel-Lima, Hopfer e Souza-Lima (2004), comparece como sustentáculo da civilização do trabalho, tendendo a colonizar todas as dimensões da vida associativa e negar espaços para a autorrealização humana.

É uma racionalidade limitada, deformada, que perde seu caráter crítico. No lugar de esclarecer e emancipar, favorece um processo de conformismo, alienação, embrutecimento do homem e não cria condições propícias para que se aja autônoma e livremente. Assim:

A autonomia da razão perde seu sentido na mesma medida em que os pensamentos, sentimentos e ações do homem são moldados pelas exigências técnicas do aparato que ele mesmo criou. A razão encontrou seu túmulo no sistema de controle, produção e consumo padronizados. (MARCUSE, 1999, p.84)

Jamais na história da humanidade se produziu tanto, infinitas possibilidades tecnológicas foram desenvolvidas, disponibilizou-se bens e serviços abundantes e de melhor qualidade. Mas o trabalho continua sendo “[...] organizado e disciplinado em condições desinteressantes e estressantes que levam ao embotamento da inteligência, à alienação de muitos para benefícios de poucos.” (CATTANI, 2008, p.8). E ainda,

A racionalidade instrumental e as estratégias financeiras atingem, pois o objetivo:

utilizar o sujeito, que acredita ser em grande parte autônomo, para super explorá-lo e aliená-lo. O processo de alienação é tão mais insidioso que muitas pessoas colaboram com a própria alienação. (ENRIQUEZ, 2006, p.6)

As pessoas orientadas predominantemente por uma razão instrumental não conseguem perceber com clareza seu sofrimento, sofrem de uma espécie de cegueira: acreditam que a garantia de um salário no final do mês, independente da atividade profissional exercida, é o suficiente para “realização dos seus sonhos”. Argumentam que no tempo livre podem, com dinheiro, satisfazer outras necessidades, compensando deste modo, um trabalho sem sentido. Todavia essa posição é delicada, pois, na sociedade contemporânea, conceitos como tempo livre e tempo de trabalho comumente se confundem; a linha divisória entre eles é muito tênue. Diante disso, não raramente essas pessoas “[...] não vivem a sua própria vida, mas desempenham tão-só funções preestabelecidas. Enquanto trabalham, não satisfazem as suas necessidades e faculdades, mas trabalham em alienação.” (MARCUSE, 1969, p.58). Marx alerta sobre os riscos do trabalho exteriorizado, classificando-o como “[...] um trabalho de sacrifício próprio, de mortificação.” (MARX, 1989, p.90).

Portanto, é preocupante que um grande número de candidatos embebedos por essa racionalidade reconheçam o trabalho apenas como um porto seguro para a aquisição de bens de consumo, transformando-o em uma atividade acessória e esvaziada.

Sabe-se que essa lógica, que direciona o indivíduo a depositar no emprego estável todos seus anseios, gera riscos e prejuízos, tanto para os novos servidores oriundos dessa procura indiscriminada por qualquer cargo em órgão público, como também para as instituições que absorvem esses funcionários.

A Edição do Jornal Hoje, de 12/09/08, apresentou uma reportagem que retrata bem essa problemática, intitulada “Concurseiros motivados só por salário e estabilidade viram maus servidores”. Lá, interessantes depoimentos foram expostos, como o de um agrônomo que agora está estudando para a prova de agente de trânsito da polícia rodoviária federal, que declara estar assustado com os altos e baixos da iniciativa privada e que antes de pensar em vocação, quer ter estabilidade na vida. Como também, o depoimento do secretário de Gestão do Ministério do Planejamento que, partindo de outro ângulo de análise, faz a seguinte ponderação: “o serviço público não pode ser percebido apenas como uma boa oportunidade de emprego estável, com salário bom. Tem que haver também uma vocação para o serviço público, de servir ao público.” Significativa, ainda, é a fala da psicóloga Sílvia de Almeida, que confirma os problemas gerados por essa procura indiscriminada por concursos, quando declara que todos os dias atende servidores públicos com depressão e síndrome do pânico e que “eles falam de uma falta de energia e de falta de vontade, de motivação para desempenhar a função que lhes é designada.”

Assim, cabe o aprofundamento de reflexões sobre os impactos desse aumento de demanda por concursos públicos na saúde desses trabalhadores, pois “[...]”

uma vida desprovida de sentido no trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentido fora do trabalho.” (ANTUNES, 2005, p.91).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se que na busca de alternativas frente às turbulências do mundo do trabalho, desenrola-se uma corrida frenética direcionada ao serviço público. Contudo, esse movimento em busca de segurança material é um tanto o quanto complexo e torna-se difícil identificar vencedores e perdedores desta investidura. Há um grande entrelaçamento de questões que se confundem entre as vantagens e desvantagens de trabalhar em um lugar onde se tem a garantia de um salário no final do mês, embora muitas vezes não se encontre oportunidades de realização.

A estabilidade comparece, desse modo, como o maior atrativo dessa corrida. Há uma proliferação de cursinhos preparatórios para concursos. Todos, sem exceção, prometem o acesso ao emprego estável, à “proteção para toda a vida”, à “felicidade” atrelada à segurança financeira e à garantia de consumo.

Os candidatos que lotam as salas desses rentáveis empreendimentos, reconhecendo o serviço público como a “tábua de salvação” para suas angústias, estariam agindo de forma racional e coerente?

É possível classificar como insensatas as atitudes de indivíduos que estabelecem como prioridade na sua vida a segurança financeira, mesmo pagando um preço alto no que se refere ao desprendimento de outros sonhos e projetos relevantes? Como rotulá-los de acomodados e alienados quando eles estão inseridos em uma sociedade que está acabando com os “empregos” e mantendo o trabalho de modo precarizado?

Como julgá-los, se convivem constantemente com medo de engrossar o contingente populacional dos marginalizados, dos desenraizados, dos desfiliaados, posicionando-se, assim, na periferia da estrutura social? Ou ainda, se estão sob a ameaça constante de desemprego, em um mundo que é regido em termos de tempo de trabalho, no qual a inexistência do tempo alocado, de um ritmo, de horários e obrigações estabelecidos, deixa um vazio, um profundo sentimento de inutilidade e superfluidade, diante do desafio de dar sentido a uma vida sem trabalho?

Em uma análise preliminar, a procura indiscriminada por um vínculo empregatício no serviço público comparece, desta forma, como uma alternativa “razoável” diante das oscilações do mundo do trabalho. Entretanto, cabe refletir de forma mais aprofundada sobre os impactos dessa escolha (in)sensata na vida desses servidores.

Torna-se necessário pensar para além da unidimensionalidade da razão instrumental e compreender o trabalho como um elemento central que ocupa

parte importante do espaço e do tempo no qual se desenvolvem as vidas das pessoas. A atividade laboral configura-se como um elemento fundante do ser social, como um dos grandes alicerces da constituição psíquica do sujeito, uma oportunidade de referência, de crescimento e desenvolvimento psicossocial do adulto. Possui um significado que perpassa as necessidades, os valores e a subjetividade daquele que trabalha.

Trabalhar é mais do que vender a força de trabalho em troca de remuneração. Há uma remuneração social embutida neste processo. Não significa apenas meio de sobrevivência, mas também possibilidade de manter contato com outras pessoas, de ter uma ocupação, de se reconhecer como parte integrante de um grupo ou da sociedade. Representa, ainda, uma significativa oportunidade de desenvolvimento das potencialidades humanas, atuando como uma importante fonte de autorrealização, de experiências psicossociais e de sentido de vida.

Mesmo entendendo os motivos que levam candidatos ao serviço público a restringirem suas expectativas profissionais à estabilidade financeira, é impossível desconsiderar os impactos dessa investida na vida dessas pessoas. Mesmo considerando os limites impostos pelo estranhamento próprio ao trabalho no modo de produção capitalista, é essencial que se advogue a existência de espaços para criação, inovação e intervenção no ambiente laboral. O trabalhador precisa imprimir a sua marca, encontrando, por conseguinte, sentido na labuta diária. O trabalho, assim, pode assumir significados de crescimento, valorização, coerência e realização.

Torna-se urgente, pois, a investigação e análise dos impactos dessa (in)sensata corrida por um emprego seguro na saúde desses servidores e também sobre os riscos de banalização e negligenciamento de um processo tão importante, como o de escolha profissional, alertando que “a adaptação a qualquer preço é a porta de entrada do conformismo – que é a ante-sala do mundo sem sentido.” (SOARES, 2002, p.16–17).

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000. 360 p.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. 258 p.
- ANTUNES, R. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2005. 136 p.
- BRASIL. MPOG. *Estatística de vagas autorizadas*. Disponível em: <<http://www.servidor.gov.br/concursos/index.htm>>. Acesso em: 07 set. 2008.
- CAMPS, V. O sentido do trabalho e o ethos individualista. *O Socialismo do Futuro*. n. 6, p.123-132, 1993.
- CARELLI, G. Por que tanta gente quer ter o Estado como Patrão. *Veja*, Rio de Janeiro, ano 40, n.24, 20 jun. 2007.

CATTANI, A. C. Apresentação. In: ROSSO, S.D. *Mais Trabalho: a intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008. p.07–10.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CONCURSEIROS MOTIVADOS SÓ POR SALÁRIO E ESTABILIDADE VIRAM MAUS SERVIDORES. *Jornal Hoje*, Rio de Janeiro: Rede Globo, 12 set 2008. Programa de TV.

CORIAT, B. *Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e de organização*. Rio de Janeiro: Revan / UFRJ, 1994. 210 p.

DI PIETRO, M.S. Z. *Direito administrativo*. São Paulo: Atlas, 2007.

DUPAS, G. *Atores e poderes na nova ordem global: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação*. São Paulo: Editora UNESP, 2005. 319 p.

ENRIQUEZ, E. *O homem do século XXI: sujeito autônomo ou indivíduo descartável*. *RAE – Eletrônica*, São Paulo, v.5, n.1, Art.10, jan./jun., 2006.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança social*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1994. 349 p.

IANNI, O. *A era do globalismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

KURZ, R. A pulsão de morte da concorrência. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 mai. 2002. Caderno Mais, p.3.

MACIEL-LIMA, S. M.; HOPFER, K. R.; SOUZA-LIMA, J. E. Complementaridade entre racionalidades na construção da identidade profissional. *RAE Eletrônica*, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 1–20, 2004.

MARCUSE, H. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna. In: KELLNER, D. (Org.) *Tecnologia, guerra e fascismo*. São Paulo: Unesp, 1999. p. 73–104.

MARCUSE, H. *Eros e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

MARX, K. *Manuscritos Económico-Filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1989.

MARX, K. *O Capital*. Volume III. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

NEVES, R.. Apertem os cérebros, o emprego sumiu. *Revista Época*. São Paulo: Globo. n.496, p.75–6, nov.2007.

OLIVEIRA, F. Entrevista Chico Oliveira. *Carta Maior*, 12 fev. 2009. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br>>. Acesso em: 15 fev. 2009.

RIBEIRO, C.; LEDA, D. O significado do trabalho em tempos de reestruturação produtiva. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v.4, n.2, dez. 2004. Disponível em: <<http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php>>. Acesso em: 23 fev.2008.

SADER, E. Os ciclos e as crises. *Adital*, 18 set. 2008. Disponível em: <<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp>>. Acesso em: 5 nov. 2008.

SENNETT, R.. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1999. 204 p.

SOARES, J. C. Em busca de uma “razão sensível” no reino da cultura de massa. *Logos, Comunicação e Universidade*, Rio de Janeiro, ano 9, n.17, p.7–18, 2002.